

Resumo

Cuida-se de trabalho de conclusão de curso, constituindo de uma monografia da ação penal, sobretudo, no crime de estupro, cujo o principal objeto é de apresentar quais as respectivas conseqüências daqueles acusados, mediante ação privada. Teve-se a pretensão de identificar quais as principais tendências do legislador ao tratar do assunto, assim como as contradições encontradas, cotejando o ensinamento dos legisladores sobre o tema e concluindo a indicação de algumas propostas. O que se buscou ressaltar é com o advento da Lei 12.015/09, o princípio da legalidade deve ser respeitado, ou seja, pois cuida-se da norma processual penal material, sendo que sua aplicação provoca efeitos penais, submetendo-se, pois ao princípio geral da retroatividade benéfica. Além do mais, o tema estudado, é de relevante valor jurídico e ganho social, pois os problemas suscitados em torno da mudança da ação penal não foram solucionados, até porque não há nenhuma regra normativa, direta e específica sobre os processos que tramitavam antes da Lei 12.015/09, apenas correntes doutrinárias.

PALAVRAS-CHAVE: Ação Penal; Princípio da Legalidade; Retroatividade Benéfica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS	10
CAPÍTULO I – DA LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO	14
1.1 - Considerações introdutórias	14
1.2 - Princípios da lei penal no espaço	16
1.2.1 - Irretroatividade da lei penal	16
1.2.2 - Retroatividade da lei penal mais benigna	18
1.2.3 - Princípio do efeito imediato	19
1.3 - Institutos importantes	20
CAPÍTULO II – DOS PRINCÍPOS QUE REGEM A AÇÃO PENAL	22
1.1 - Princípio da dignidade da pessoa humana	22
1.2 - Princípio da adequação social	23
1.3 - Princípio da proporcionalidade	23
1.4 - Princípio da culpabilidade	24
1.5 - Princípio da individualização da pena	25
1.6 - Princípio da presunção de inocência	26
CAPÍTULO III - DA AÇÃO PENAL PRIVADA	27
2.1 – Conceituação	27
2.2 - A ação penal em sua origem: a discriminação do feminino	28
2.3 - Questões Controvertidas	29
CAPÍTULO IV – DA AÇÃO PENAL PÚBLICA	34
3.1 - Noções Introdutórias	34
3.2 - Ação Penal Pública Condicionada	34

3.3 - Ação Penal Pública Incondicionada ou Plena36

CONSIDERAÇÕES FINAIS38

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA41